

LEIS ORDINÁRIAS

LEI N. 4.818, DE 03 DE SETEMBRO DE 2021

Cria o “Programa Investe Ituiutaba” que dispõe sobre Incentivos Fiscais e Estímulos Econômicos no Município, institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – FUMDEI e dá outras providências.

O Povo do Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova, e eu, Prefeita Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no município de Ituiutaba, a nova Lei de Incentivos Fiscais e Estímulos Econômicos.

§ 1º Esta Lei tem por objetivo, atrair e incentivar novos investimentos para o município.

§ 2º Exclui-se, da presente Lei, empreendimento imobiliário residencial.

Art. 2º O Município fica autorizado a conceder isenção, total ou parcial, dos tributos municipais, sendo eles:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

II - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI;

III - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

§1º Em caso de descumprimento de qualquer cláusula contratual ou dos termos da presente legislação, fica o Município, autorizado a revogar a isenção fiscal concedida, podendo adotar todos

os meios legais e administrativos cabíveis para receber a totalidade de referidos tributos e demais cominações legais, desde a data da assinatura do contrato mencionado no artigo 6º, desta Lei.

§2º As empresas que se enquadrem no inciso XIII, §1º, Art. 4º não poderão obter incentivos fiscais citados acima.

Art. 3º O Município fica autorizado a conceder estímulos econômicos, independente dos incentivos fiscais previstos no artigo 2º, desta Lei, desde que, os recursos financeiros os permitam na época do benefício e conforme programa de serviços das secretarias envolvidas, sendo eles:

I - doar ou conceder imóvel público, mediante contrapartida definida em regulamento;

II - executar serviços, obras e/ou serviços de engenharia;

III - pagar aluguel de imóvel;

IV - desapropriar imóvel do interesse do empreendimento;

V - permutar imóvel com serviço ou outro imóvel, conforme regulamento.

Parágrafo único. Não haverá devolução ou indenização da contrapartida de que trata o inciso I e da permuta que trata o inciso V, do caput deste artigo ou dos investimentos realizados na área quando o Protocolo de Intenções não for executado, por culpa do empreendedor, observado o disposto no artigo 8º, desta Lei.

Art. 4º As empresas postulantes devem comprovar o interesse público do investimento, mediante apresentação de documentos, previstos

em regulamento.

§ 1º Os incentivos fiscais e estímulos econômicos devem ser deferidos, após a avaliação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDET e aprovação pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – COMDE, em que são analisados os critérios do Anexo Único, desta Lei, observados:

I - a capacidade de geração de empregos diretos e indiretos;

II - o nível do investimento;

III - o nível do faturamento;

IV - o nível da contribuição à arrecadação do município;

V - a capacidade de geração de outras atividades no Município (empresas ou negócios estruturantes);

VI - a capacidade de geração de tecnologia e/ou inovação;

VII - o nível de enquadramento no segmento da indústria do turismo, ou que venha incentivar tal segmento;

VIII - o nível de qualidade de gestão do empreendimento;

IX - o nível de sustentabilidade e preservação ambiental;

X - o nível de impacto social;

XI - o nível de impacto na especialização da mão de obra local;

XII - o nível de parceria institucional voltada para o fomento do desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do município.

XIII - empresa já instalada e operando em área industrial, previamente incentivada pelo município, nos distritos industriais Manoel Afonso Cancelli e Antônio Baduy, até a data de

promulgação da presente lei, as quais ainda não possuem autorização legislativa para a doação do terreno.

§ 2º Os aspectos elencados neste artigo são devidamente pontuados, conforme critérios e tabelas do Anexo Único, de modo que, o(s) estímulo(s) econômico(s) e incentivos fiscais, sejam proporcionais aos benefícios advindos do investimento.

§ 3º As informações relativas aos benefícios, obrigações da empresa e eventuais contrapartidas patrimoniais decorrentes da declaração de impactos, prevista em regulamento, devem constar no Protocolo de Intenções firmado pelo Prefeito Municipal e pelo Empreendedor, ou responsável pelo investimento.

§ 4º O Prefeito Municipal, excepcionalmente, pode firmar o Protocolo de Intenções Ad Referendum do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – COMDE que deve apreciá-lo na reunião, imediatamente posterior à data da assinatura do referido protocolo, devendo, a ata da reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – COMDE, a qual deliberou pela excepcionalidade, fazer parte integrante do Projeto de Lei Autorizativa a ser aprovado pela Câmara Municipal.

Art. 5º As informações constantes no Protocolo de Intenções, benefícios, contrapartidas e obrigações de ambas as partes, devem constituir um projeto de Lei Autorizativa a ser aprovado pela Câmara Municipal.

Parágrafo único. Os Projetos de Lei Autorizativa dos Incentivos Fiscais e Estímulos Econômicos, instituídos por esta Lei, devem ser enviados à Câmara Municipal pelo Prefeito Municipal, obrigatoriamente instruídos com os seguintes documentos:

I - CND Federal;

II - CND Estadual;

III - CND Municipal;

IV - Ato Constitutivo da Empresa;

V - Certidão de Falência e/ou Concordata ou Recuperação Judicial.

Art. 6º Os incentivos fiscais e Estímulos Econômicos concedidos são aperfeiçoados, mediante termo de contrato, veiculado por instrumento público.

Parágrafo único. No caso de doação ou concessão de imóvel público com encargo, o processo deve passar por dispensa de licitação, conforme exigências da Lei Federal n.º 8.666/1993 e Lei Orgânica do Município.

Art. 7º A Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDET, deve manter permanente fiscalização para verificar o cumprimento das obrigações descritas em termo de contrato, mediante formulário de fiscalização previsto em regulamento.

§ 1º Em caso de discrepância negativa entre os números informados na sistemática de cálculo e os números constatados durante a fiscalização final, os números comprovados devem ser recalculados e a pontuação final reavaliada, conforme tabelas do Anexo Único desta Lei, sendo que, se a nova pontuação apresentar uma desigualdade no valor final do benefício, a empresa deve ajustar a sua contrapartida.

§ 2º Em caso de discrepância positiva entre os números informados na sistemática de cálculo e os números constatados durante a fiscalização final, o município não efetuará o ressarcimento e/ou indenização da diferença dos números comprovados.

Art. 8º A transferência da escritura do imóvel é feita, mediante anuência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDET, após comprovação da parte da empresa, do cumprimento de todas as obrigações elencadas no termo de contrato.

Parágrafo único. Em caso de necessidade de anuência anterior ao prazo legal de cumprimento da Lei autorizativa, para fins de financiamento, a empresa deve cumprir as condições específicas estipuladas em regulamento.

Art. 9º A retrocessão é a retomada pelo Município da área e o cancelamento dos demais benefícios fiscais, em caso de não cumprimento dos requisitos da Lei Autorizativa.

§ 1º A retomada “amigável” é feita por ato do Executivo, com uma carta de desistência assinada pelo empresário beneficiado.

§ 2º A retomada compulsória se inicia de ofício, por intermédio do processo administrativo de incentivos, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDET, conforme regulamento, devendo constar obrigatoriamente nos autos:

I - instrução com fotografia e laudo emitido por servidor público, atestando o descumprimento da Lei;

II - notificação do beneficiado, por seu representante legal, para apresentar justificativa escrita.

§ 3º Concluído o processo, a retomada é feita mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 10. São casos de retrocessão:

I - no prazo de dois anos após a data de assinatura do termo de contrato, a empresa não tenha cumprido as obrigações dispostas na Lei Autorizativa;

II - no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação da Lei Autorizativa, não for protocolizado processo administrativo de implantação do investimento;

III - se não for quitada a dívida oriunda de eventual reajuste de contrapartida no caso de discrepância nos resultados do investimento, conforme disposto no art. 7º, desta Lei;

IV - não forem respeitadas outras cláusulas previstas em regulamento.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal pode prorrogar os prazos estipulados no Termo de Contrato, a critério da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo –

SEDET, quando previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – COMDE, devendo constar a devida justificativa no processo administrativo.

Art. 11. Os contratos celebrados, na forma preconizada por esta legislação, serão gravados com cláusula de inalienabilidade, pelo prazo máximo de cinco anos, contados a partir do prazo fixado pelo artigo 10, inciso I.

§ 1º A desconstituição da cláusula de inalienabilidade será condicionada à verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais e à aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – COMDE.

§ 2º Após desconstituída a cláusula de inalienabilidade, o imóvel doado somente poderá ser alienado após a aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – COMDE.

§ 3º Caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas, por hipoteca em segundo grau, em favor do doador, desde que o imóvel seja objeto de avaliação pelo Município e após prévia aprovação pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – COMDE.

§ 4º Se, durante a vigência da cláusula de inalienabilidade, o empreendedor entrar em insolvência, por razões alheias à sua vontade, poderá pleitear, junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – COMDE, sua desconstituição, que irá deliberar acerca da situação apresentada e submeter o pedido para aprovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDET.

Art. 12. Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – FUMDEI, como instrumento de captação e aplicação de recursos e tem por objetivo atender aos encargos decorrentes da ação do Município na área de desenvolvimento econômico.

Art. 13. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – FUMDEI é gerido e vinculado diretamente à Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDET.

Parágrafo único. Incumbe ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – COMDE, a deliberação sobre a destinação dos recursos oriundos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – FUMDEI, bem como a supervisão sobre a aplicação dos mesmos, conforme mencionado no caput deste artigo.

Art. 14. Constituirão recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – FUMDEI:

I - as dotações consignadas no orçamento municipal;

II - as transferências de recursos estaduais e federais para o desenvolvimento de atividades vinculadas ao desenvolvimento econômico no Município;

III - as contribuições, donativos e legados de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;

IV - as receitas resultantes de contrapartidas, convênios, contratos, projetos e parcerias celebrados com quaisquer pessoas físicas ou jurídicas;

V - as receitas decorrentes da cessão dos espaços públicos vinculados à respectiva Secretaria;

VI - as receitas decorrentes de aplicações financeiras, bem como todas as demais geradas pela administração do fundo instituído por esta Lei;

VII - quaisquer outras receitas que lhe possam ser destinadas.

Parágrafo único. Todos os recursos previstos na forma deste artigo devem ser depositados, exclusiva e obrigatoriamente, em conta bancária especial, vinculada ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – FUMDEI, bem como contabilizados como receita orçamentária, com alocação ao referido fundo, através de dotações consignadas na lei própria ou

através de créditos adicionais, obedecendo a sua aplicação às normas gerais de direito financeiro.

Art. 15. Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – FUMDEI devem ser aplicados em:

I - financiamento, total ou parcial, de planos, programas, projetos e serviços voltados para a área de desenvolvimento econômico, sob todas as modalidades e formas, diretamente voltadas para empreendedores, sejam pessoas físicas ou jurídicas, incrementados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDET, ou por órgãos conveniados;

II - repasses para a prestação de serviços, por parte de entidades conveniadas, de direito público ou privado, com vistas à execução de programas e projetos específicos, voltados para o desenvolvimento econômico;

III - aquisição de material permanente e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas ligados ao desenvolvimento econômico;

IV - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações da área de desenvolvimento econômico;

V - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, na área do desenvolvimento econômico;

VI - fomento:

a) de iniciativas, visando atrair investimentos públicos ou privados, nacionais e internacionais, que compartilhem o crescimento econômico com a geração de empregos para a população local, com a preservação do equilíbrio ambiental;

b) da busca de novos canais institucionais que contemplem a participação da sociedade civil para o desenvolvimento de ações conjuntas no enfrentamento dos problemas na área de geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico;

c) da criação de incubadoras de empresas;

d) de atividades ligadas à indústria;

e) de atividades afetas ao comércio;

f) de atividades ligadas à produção agrícola;

g) de atividades vinculadas à produção hortifrutigranjeira;

h) das atividades ligadas à área turística;

i) das atividades ligadas à área de prestação de serviços;

j) do surgimento, crescimento e a consolidação de empresas inovadoras;

k) da implantação de centros de desenvolvimento tecnológico e profissional;

l) da implantação de unidades e atividades de ensino tecnológico e capacitação de recursos humanos;

m) obras de infraestrutura em ampliação e/ou implantação de Distritos Industriais, minidistritos e parques empresariais.

VII - outras providências ligadas às questões de desenvolvimento econômico.

§ 1º A utilização de recursos constantes do fundo, a que alude este artigo, deve ser previamente autorizada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – COMDE.

§ 2º Os bens, móveis e imóveis, adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – FUNDEI, serão incorporados ao patrimônio do Município de Ituiutaba, sob a administração da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDET.

§ 3º Anualmente, processar-se-á, o inventário dos bens e direitos vinculados do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba–

FUNDEI.

Art. 16. A contabilidade do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – FUMDEI é organizada de forma a permitir o exercício de suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente, e informar, apropriar e apurar custos dos serviços, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 17. A escrituração contábil do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – FUMDEI deve ser feita pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal, que deve emitir relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 1º Constituem relatórios de gestão, os balancetes mensais de receita, despesa e demais demonstrações exigidas pela legislação própria.

§ 2º As demonstrações e os relatórios produzidos devem passar a integrar a contabilidade geral do Município.

§ 3º As demonstrações e os relatórios, de que trata este artigo, devem ser publicados no Diário Oficial do Município.

Art. 18. As contas e os relatórios de gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – FUMDEI devem ser submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – COMDE, mensalmente, de forma sintética, e, anualmente, de forma analítica.

Art. 19. As contrapartidas mencionadas nesta Lei devem ser direcionadas, obrigatoriamente, para a conta própria do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Ituiutaba – FUMDEI, ou compensadas com bens entregues, de interesse do Município, e/ou serviços executados para a administração, pela empresa ou terceiros por ela contratados, com execução devidamente comprovada e constando no processo o valor gasto equivalente à contrapartida.

§ 1º A obra e/ou serviço a ser (em) entregue (s), em contrapartida, é (são) isento (s) de recolhimento de ISSQN, devendo

consequentemente, deduzir em 3% (três por cento) o BDI calculado no valor da obra e/ou serviço pela secretaria competente.

§ 2º As planilhas de custo, bem como os projetos executivos, devem ser fornecidos e/ou avaliados e aprovados pelas Secretarias beneficiadas e avaliadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – COMDE.

Art. 20. Fica criado o logotipo do “Programa Investe Ituiutaba”, conforme o anexo II, desta lei.

Art. 21. Esta Lei pode ser regulamentada, no que couber.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor a partir na data de sua publicação, aplicando-se em situações consumadas, no que couber.

Prefeitura de Ituiutaba, em 03 de setembro de 2021.

Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba -

LEI N. 4.819, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre o controle do desperdício de água potável distribuída para uso no âmbito do município de Ituiutaba e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Em caso de risco de desabastecimento total ou parcial de água, no Município de Ituiutaba, poderá ser decretado Estado de Emergência de Desabastecimento, ficando o Poder Público autorizado a determinar fiscalização em todo o município, por meio dos servidores da Superintendência de Água e Esgotos, com o objetivo de constatar ocorrência de desperdício de água distribuída, bem como restringir a utilização exagerada da água.

Parágrafo único. A situação de Estado de Emergência de Desabastecimento será

caracterizada por decreto municipal, seguido de ampla divulgação à população, sobre os motivos que ensejaram tal medida.

Art. 2º Constitui desperdício de água, para fins desta Lei:

I - regar jardins, lavar calçadas, ruas e veículos utilizando mangueira ou outro utensílio que permita o escoamento contínuo de água;

II - deixar água tratada correndo continuamente pela rua.

Parágrafo único. Exclui-se da aplicação desta Lei a lavagem de veículos em lava-carros, que deverão instituir medidas de economia e reutilização da água.

Art. 3º As infrações às normas de controle do desperdício de água potável ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa.

§ 1º Ao verificar o uso inadequado ou o desperdício da água distribuída para consumo humano, ficará o autuado sujeito, após regular processo administrativo, a pena de advertência.

§ 2º Constatada pela fiscalização a reincidência, ficará o autuado sujeito, após regular processo administrativo, a pena de multa nos seguintes valores:

I - 40 (quarenta) Unidades Fiscais Municipais para os consumidores residenciais;

II - 60 (sessenta) Unidades Fiscais Municipais para os consumidores comerciais;

III - 90 (noventa) Unidades Fiscais Municipais para os consumidores industriais.

§ 3º Ocorrendo à repetição da infração e depois de constatada a reincidência do infrator, na aplicação da pena de multa, os valores deverão

ser dobrados a cada nova autuação.

§ 4º Na advertência, o infrator receberá fundamentos de educação ambiental a serem emitidos pelos servidores da Superintendência de Água e Esgotos.

§ 5º O valor das multas aplicadas, após o final do devido processo administrativo, será lançado na próxima fatura de água.

Art. 4º A cópia do auto de infração recebida pelo autuado constituirá notificação, assim considerada como termo inicial para efeito de contagem de prazo de defesa.

§ 1º Caso o fiscal não consiga notificar por escrito o infrator, este deverá ser comunicado, por correspondência com Aviso de Recebimento – AR.

§ 2º O autuado poderá impugnar o auto de infração lavrado, bem como, apresentar ampla defesa perante comissão de fiscalização, que será nomeada por ato do diretor da SAE, no prazo de cinco dias, contados do primeiro dia útil seguinte à formalização da notificação prevista neste artigo.

§ 3º A decisão administrativa proferida pela comissão de fiscalização conterà relatório dos fatos, a defesa do autuado, o respectivo enquadramento legal e, se condenatória, a natureza e gradação da pena.

§ 4º Da decisão, caberá recurso, no prazo de cinco dias, contados da data da intimação, ao Diretor da Superintendência de Água e Esgotos.

Art. 5º Os valores arrecadados pela cobrança de multa aplicada, em conformidade desta Lei, serão destinados a Superintendência de Água e Esgotos.

Art. 6º Verificando-se o desperdício de água em próprios municipais, imediatamente deverá ser comunicado à Secretaria competente para que tome as providências cabíveis e apure responsabilidades.

Art. 7º No caso de os munícipes fiscalizados utilizarem água de poço e/ou água de reuso, a

comprovação dessa situação deverá ser mostrada/exibida ao fiscal, no ato da fiscalização ou por documento que comprove a origem/construção do poço artesiano ou poderá ocorrer ainda, pela visualização por parte do fiscal, do referido recipiente de água para reuso.

Art. 8º O Poder Executivo, no que couber, regulamentará a presente Lei por decreto.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, em 15 de setembro de 2021.

Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba –

LEI N. 4.820, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a criação do programa municipal “Cartão do Povo” e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o programa municipal denominado “Cartão do Povo”, que tem como objetivo a proteção social e o fomento econômico a famílias de baixa renda do município.

Art. 2º O Cartão do Povo irá conceder o denominado “benefício de 13º salário do Bolsa Família”, que consistirá em pagamento de uma parcela no mês Dezembro de cada ano no mesmo valor pago pelo Governo Federal no programa denominado “Bolsa Família” instituído pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, ou do programa social do Governo Federal que venha substituí-lo.

Parágrafo único para o recebimento do benefício previsto no caput deverá o munícipe preencher os cumulativamente os seguintes requisitos:

I – Estar devidamente Cadastrado no CadÚnico do Governo Federal.

II- Estar cadastrado no programa social denominado “Bolsa Família” do Governo Federal instituído pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, ou do programa social do Governo Federal que venha substituí-lo, até a data de 01 de setembro de cada ano.

III – Estar à vacinação das crianças componentes do grupo familiar devidamente em dia conforme os critérios do Ministério da Saúde.

IV – Se a beneficiária for gestante deverá estar com os exames pré-natais em dia.

V - À frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) para crianças de 4 a 16 anos, em estabelecimento de ensino regular das crianças componentes do grupo familiar.

VI – À frequência escolar de 75% (setenta e cinco por cento) para jovens de 16 a 18 anos, em estabelecimento de ensino regular das crianças componentes do grupo familiar.

Art. 3º Fica criado o “Programa Agência do Povo”, que tem por objetivo unificar os atendimentos em um único espaço físico dos benefícios do programa municipal “Cartão do Povo” e demais programas sociais instituídos pelo município de Ituiutaba ou por ele geridos.

Parágrafo único – Para implantação da Agência do Povo será necessário à locação ou aquisição de espaço físico adequado as necessidades do programa, aquisição de móveis e equipamentos, bem como a cessão de servidores das secretarias envolvidas nos programas sociais.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais na Lei Orçamentária Anual (LOA), obedecidas às prescrições contidas nos incisos I a IV do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores, bem como promover as alterações necessárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) para atender as despesas decorrentes desta Lei, em consonância com os preceitos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º Esta lei será regulamentada por meio de decreto a ser expedido pelo poder executivo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Ituiutaba, em 15 de setembro de 2021.

Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba –

LEI N. 4.821, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021

Revoga a Lei n.º 4.505, de 03 de julho de 2017 e suas alterações.

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei n.º 4.505, de 03 de julho de 2017, bem como a Lei n.º 4.767, de 17 de dezembro de 2020, que a alterou.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, em 15 de setembro de 2021.

Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba -

LEI N. 4.823, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021

Concede ajuda financeira no exercício de 2021 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Ituiutaba poderá conceder ajuda financeira, no exercício de 2021, a Caixa Escolar Geraldo Alves Tavares do Conservatório Estadual de Música, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme Processo Administrativo n.º 7.149, de 04 de maio de 2021.

Art. 2º A contribuição concedida pela presente lei será liberada, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município e mediante requerimento da entidade beneficiária, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) comprovação da existência legal da entidade;
- b) prestação de contas da aplicação da ajuda financeira anteriormente recebida;
- c) prova de regularidade do mandato de sua diretoria;
- d) demais documentos estabelecidos no decreto que regulamentou a Lei Federal n.º 13.019/14, no âmbito do Município de Ituiutaba.

Parágrafo único. A transferência dos recursos será feita depois de celebrado termo de fomento entre o Município e a entidade destinatária dos recursos, desde que adequado à Lei Federal n.º 13.019/14 e à regulamentação do decreto municipal, bem como enquadrada na hipótese de inexigibilidade de chamamento público, após regular tramitação de Processo Administrativo.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária, do exercício financeiro de 2021, ficando autorizada, caso necessário, a abertura de crédito adicional especial para fazer face às despesas respectivas.

Parágrafo único. Em caso de abertura de crédito adicional especial, fica o Executivo Municipal autorizado a anular, total ou parcialmente, dotações do orçamento de 2021, até o limite da despesa prevista no artigo 1º, desta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, em 17 de setembro de 2021.

Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba –

LEI N. 4.824, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021

Dispõe sobre instituição do agosto laranja, mês de conscientização da Esclerose Múltipla.

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e a Prefeita sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o agosto laranja, mês destinado a conscientização da Esclerose Múltipla, conforme Lei n.º 11.303, de 11 de maio de 2006.

Art. 2º O mês de agosto terá como finalidade promover o debate, a reflexão e a conscientização sobre o tema na sociedade de Ituiutaba, com o objetivo de dignificar todos os portadores de Esclerose Múltipla.

Parágrafo único. Os órgãos públicos municipais responsáveis pela coordenação e pela implementação de políticas públicas relacionadas ficarão incumbidos de realizar e divulgar eventos que promovam o debate, a reflexão e a conscientização sobre o tema.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Ituiutaba, em 17 de setembro de 2021.

Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba -

LEI N. 4.825, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021

Autoriza a concessão de subsídio tarifário ao Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros de Ituiutaba/MG por até seis meses da assinatura do contrato de concessão.

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado a concessão de subvenção econômica para o subsídio da tarifa do Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Ituiutaba/MG, assegurando a modicidade das tarifas, a generalidade e a

universalidade do transporte público coletivo, devido à redução no número de passageiros decorrente da pandemia de COVID-19, por até seis meses da assinatura do contrato de concessão.

§ 1º Para fins do presente artigo será autorizada subvenção econômica mensal no valor de até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) à concessionária do serviço de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Ituiutaba/MG.

§2º O valor da subvenção será pago somente no importe do déficit apurado no mês, até o valor máximo autorizado no § 1º.

§ 3º Os pagamentos serão efetuados mediante solicitação formal da Secretaria Municipal de Transito, Transporte e Mobilidade, atestando à efetiva prestação de serviços a população, nos termos contratuais, acompanhado dos seguintes documentos:

I - prova de regularidade relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

II - prova de regularidade relativa aos tributos estaduais;

III - prova de regularidade relativa aos tributos municipais;

IV - prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

V - prova de regularidade relativa às contribuições previdenciárias e as de terceiros;

VI - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

VII - certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 90 (noventa) dias;

VIII - comprovante de recolhimento mensal de todos os encargos sociais, trabalhistas e, pagamento de salários dos contratados pela

concessionária, relativos ao mês anterior ao de competência da subvenção;

IX - comprovação mensal do déficit da empresa concessionária do transporte público urbano, por meio de documentos e planilhas, os quais demonstrem as despesas e as receitas da empresa concessionária com dados apurados pela Secretária Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade, e pela Controladoria Geral do Município.

§ 4º A empresa contratada deverá disponibilizar a Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade, acesso ao Sistema de Controle de passageiro e quilometragem realizada, para fiscalização e acompanhamento de toda movimentação de cada veículo diariamente.

§ 5º Mensalmente a concessionária deverá ainda, apresentar relatório demonstrando, a quilometragem rodada, a quantidade de passageiros transportados, a média da receita tarifária auferida. No prazo de até cinco dias úteis, a Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade analisará o relatório apresentado, e mediante comprovação do déficit contratual, emitirá parecer favorável, como condição imprescindível a efetivação do pagamento do caput.

§ 6º O parecer emitido pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade, acompanhado de todos os documentos exigidos nos § 3º, 4º e 5º, será submetido à análise e manifestação final da Controladoria Geral do Município, que encaminhará para liquidação e pagamento.

§ 7º Os pagamentos serão realizados mensalmente, tendo como referência inicial da obrigação do repasse da subvenção econômica a data da solicitação da concessionária do Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Ituiutaba/MG, feita por meio do Processo Administrativo.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais na Lei Orçamentária Anual (LOA), obedecidas às prescrições contidas nos incisos I a IV, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores, bem como promover as alterações necessárias na Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) para atender as despesas decorrentes desta Lei, em consonância com os preceitos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Ituiutaba, em 24 de setembro de 2021.

Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba -

O LEGISLATIVO TIJUCANO, ANO 5 - Nº 214, QUINTA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 2021 | EDIÇÃO DE HOJE - 12 PÁGINAS - ÓRGÃO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA M/GCRIADO PELO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1.021, DE 12 DE JULHO DE 2017. PRAÇA CÔNEGO ÂNGELO TARDIO BRUNO, S/N | (34) 3261-8521 – MESA DIRETORA: PRESIDENTE RENATO SILVA MOURA, VICE-PRESIDENTE: VILSOMAR PAIXÃO DO AMARAL VILLANO, 2º VICE-PRESIDENTE: LUIZ CARLOS MENDES, 1º SECRETÁRIO: BRUNO SILVA CAMPOS, 2º SECRETÁRIO: ODEEMES BRAZ DOS SANTOS. PUBLICADO NO SITE DA CÂMARA: WWW.ITUIUTABA.MG.LEG.BR E DISPONIBILIZADO NA REDE INTERNA PARA DEPARTAMENTOS E GABINETES DOS VEREADORES